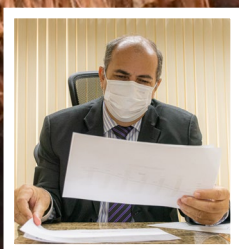


JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe - Ano XXIII - Edição 116 - FEVEREIRO 2022

PROJETO QUINTA JURISCULTURAL VALORIZA CULTURA E HISTÓRIA DE SERGIPE



pág 05

CORREGEDOR FALA SOBRE SITUAÇÃO DO
SISTEMA CARCERÁRIO NO ESTADO



pág 14

TJSE REALIZA PRÊMIO DE JORNALISMO

**Conte para a
Justiça de
Sergipe**

**É bom
ouvir
você!**

**QUEIXAS, DENÚNCIAS,
SUGESTÕES OU ELOGIOS**

**Disque 159
www.tjse.jus.br/ouvidoria**



OUVIDORIA-GERAL
DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE

EDITORIAL

Começamos 2022 com um importante evento: a solenidade de entrega do *I Prêmio TJSE de Jornalismo*. A missão de aproximar o Tribunal de Justiça ainda mais da sociedade, com a valorosa contribuição da imprensa, foi desempenhada com sucesso. As matérias vencedoras destacaram diversas ações do Judiciário, como a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, a efetividade da Lei Maria da Penha, as decisões em prol da saúde dos sergipanos e tantos outros temas sociais muito relevantes.

Outro destaque é o *Projeto Quinta Juriscultural*, idealizado pela gestão 2021-2023 com o propósito de valorizar vultos e manifestações culturais de Sergipe. A primeira edição, em julho de 2021, homenageou o Povo Xocó, indígenas da região de Porto da Folha (SE). O projeto é realizado na última quinta-feira de cada mês. Ainda falando em valorização, a seção *Vivas Memórias* relembra a trajetória da Desembargadora Clara Leite de Rezende, primeira mulher a assumir a Presidência do TJSE.

Ainda temos matérias sobre reconhecimentos nacionais conquistados pelo Judiciário sergipano, protocolo de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, *Campanha Sinal Vermelho*, os 15 anos do processo eletrônico do TJSE, como se prevenir das hepatites virais e, na seção *Sabedoria Popular*, mais um texto extraído do livro do Desembargador Edson Ulisses de Melo. Boa leitura!

Luciano Araujo
Diretor de Comunicação do TJSE



05

Entrevista: Des. Diógenes Barreto,
Corregedor Geral e Supervisor do GMF



09

Projetos e atuação do TJSE são
reconhecidos pelo Banco Mundial e CNJ

12

Evolução com macrodesafios: processo
eletrônico completa 15 anos

14

Prêmio de Jornalismo aproxima
Judiciário da sociedade

19

Judicial social: campanha Sinal Vermelho
torna-se lei também em Sergipe

21

Pronto Serviço: instituído protocolo para acolhimento
institucional de crianças e adolescentes

23

Com saúde não se brinca: saiba como se
prevenir das hepatites virais

24

Vivas Memórias: Desa. Clara Leite de
Rezende foi primeira mulher a presidir o

26

Quinta Juriscultural: Judiciário abre
as portas para ações culturais

29

Sabedoria popular: o vaso rachado

REVISTA JUDICIARIUM

Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe

PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO

Diretoria de Comunicação do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Dircom)

Diretor de Comunicação **LUCIANO ARAUJO**
Editora **JANAINA CRUZ (DRT 857/SE)**
Reportagens **DENISE RODRIGUES**
JANAINA CRUZ
HERIÊTA SCHUSTER
Fotografia **RAPHAEL FARIA (DRT 0002500/SE)**
Editoração eletrônica **ANDRÉ HYLLING**
Revisão **RONALDSON SOUSA**

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

“O GMF FOI UMA GRANDE INOVAÇÃO PARA A JUSTIÇA PENAL BRASILEIRA”

Desembargador Diógenes Barreto fala sobre o trabalho do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do sistema carcerário em Sergipe



Desde 2016, o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução das Medidas Socioeducativas (GMF) vem realizando inúmeras ações voltadas para melhoria da gestão da Justiça Criminal em Sergipe. Nesta entrevista, o Desembargador Diógenes Barreto, Supervisor do GMF e Corregedor Geral da Justiça, fala sobre a atuação do grupo e os avanços conquistados desde então, a exemplo do combate à superpopulação carcerária no Estado, audiências de custódia e monitoramento eletrônico. Confira!

Como e por que foi criado o GMF?

A Justiça Criminal envolve várias instituições, não só o Poder Judiciário. Até o momento de intervenção maior do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a criação do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF), através da Lei 12.106, havia uma desarticulação nas ações entre as instituições. Assim, o DMF veio para tentar coordenar essas ações, com uma intervenção muito mais organizada na Justiça Criminal. A partir daí, surgiram os GMFs, que são os Grupos de Monitoramento estaduais, obedecendo às diretrizes traçadas pelo CNJ. Para mim, foi uma grande inovação na Justiça Penal brasileira. Antes, havia uma desarticulação, cada um fazia de uma forma.

Mas o DMF veio dar uma uniformidade às ações no sentido de resolver os problemas no sistema penal, principalmente o sistema penitenciário.

Em Sergipe, logo nos primeiros anos de atuação do GMF, um dos desafios era a realização das audiências com réus presos, especialmente por dificuldades na escolta. Como esse problema foi solucionado?

Em 2016, o Estado sofreu uma crise muito grande no sistema prisional, justamente pelo problema das escoltas. Tivemos, naquele ano, cerca de 6 mil audiências marcadas e conseguimos realizar apenas 2 mil ou 2, 5 mil. Foi uma crise porque teve reflexo também na superlotação no sistema penitenciário estadual, exigindo uma atuação mais efetiva do GMF já naquele momento. Conseguimos articular grandes reuniões, no âmbito do Estado, com a Secretaria de Justiça, de Segurança Pública, OAB, Defensoria Pública e Ministério Público. Inclusive, existiu uma ação, um mandado de segurança, interditando o Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto (Copemcan), em São Cristóvão. Naquela época, o Ministro Francisco Falcão mandou dois juízes para tentar dar uma solução. Então, nós conseguimos algumas soluções: as escoltas foram logo regularizadas, foi autorizada a construção da Casa de Custódia Provisória, em Estância e Areia Branca, como também desaguou na construção do semiaberto, que foi concluída em 2020 e está em operação. Logo no início da pandemia da Covid-19, foi necessário usar a estrutura do semiaberto para colocar em operação do protocolo de combate à doença, com

a triagem dos presos que chegavam da rua e passavam por esse primeiro atendimento, onde os médicos consultavam e eram feitos os exames. Talvez justamente por isso tivemos um baixo índice de contaminação por coronavírus nos presídios.

O monitoramento eletrônico também foi intensificado, nos últimos anos, como uma forma de reduzir a quantidade de presos provisórios, principalmente em razão da pandemia. Qual a importância do uso desse equipamento na gestão da Justiça Criminal?

Sempre havia a desconfiança de alguns magistrados se o monitoramento eletrônico era eficaz ou não. Lembro-me que tínhamos cerca de 100 presos em monitoramento quando Cristiano Barreto assumiu a Sejuc, em janeiro de 2017. Foi necessário um trabalho do GMF, mostrando aos colegas a importância desse instrumento seguro de controle. Atualmente, temos mais de 2 mil presos em monitoramento, graças à articulação com as outras instituições. O monitoramento eletrônico é fundamental porque, primeiro, evita-se o encarceramento em massa, que, muitas vezes, era a única solução que o juiz tinha para garantir a segurança da sociedade. E segundo porque evita a superlotação do sistema. Conversamos com a Secretaria de Justiça, Secretaria de Segurança, Defensoria, Ministério Público e OAB para regulamentarmos a utilização desse equipamento. E, atualmente, ele é fundamental na questão da violência doméstica, um campo no qual tem sido bem aplicado.

A implantação das audiências de custódia também representou um grande avanço para o sistema prisional. Como foi todo o processo para a concretização dessas audiências?

As audiências de custódia surgiram no Estado de Sergipe em 2015, dentro de um projeto do CNJ, capitaneado, na época, pelo Ministro

Ricardo Lewandovsk e pelo Juiz Auxiliar Luís Geraldo Lanfredi. Sergipe foi um dos primeiros Estados a aderir ao protocolo. Havia uma desconfiança de alguns operadores do Direito, pois acreditavam que as audiências de custódia poderiam criar uma cultura de liberdade, sem critérios de análise dos autos em flagrante e prisão preventiva. Mas foi justamente ao contrário. As audiências de custódia, hoje, são uma realidade no Brasil e cumprem um tratado firmado há anos atrás, só agora implantado. O juiz tem o primeiro contato com o flagranteado logo após a prisão, em até 24 horas. Na audiência, é verificada a legalidade da prisão e se o preso sofreu algum tipo de maus-tratos. Durante a audiência, já se determina a necessidade de manter a

pessoa presa ou de aplicação das medidas alternativas, como o monitoramento eletrônico, a fiança, recolhimento domiciliar ou outras medidas que o magistrado entenda necessárias para obtenção de resultados, evitando que o flagranteado retorne à criminalidade. Isso tem, sim, tido um efeito muito bom, pedagógico até, no sentido de dar a essa pessoa uma chance. Muitas vezes, é um jovem que está cometendo um crime pela primeira vez e você evita que ele se misture a outros dentro do sistema. Então, a audiência de custódia tem um resultado positivo, não só em Sergipe, mas nacionalmente, no sentido de evitar o superencarceramento.

A realização das audiências criminais por vídeo tem

acontecido? Antes da pandemia, o TJSE já utilizava esse formato?

Isso não é novidade para o Tribunal de Justiça de Sergipe. Esse tipo de audiência, por vídeo, começou a ser realizada em 2017, justamente após àquela reunião na qual se discutiu a crise do sistema prisional. Inicialmente, a Secretaria de Justiça não tinha os equipamentos, que foram fornecidos pelo Tribunal de Justiça. Começamos com as audiências por vídeo no Copemcan. Posteriormente, a própria Secretaria adquiriu os equipamentos e hoje nós temos a videoaudiência em todos os presídios, o que foi muito útil agora, durante a pandemia da Covid-19, período no qual estamos usando com mais intensidade

“Atualmente, temos mais de 2 mil presos em monitoramento eletrônico, graças à articulação com as outras instituições”



a videoaudiência. Então, para a gente, o aprendizado de 2017 serviu para o momento de crise e, assim, não temos um problema maior no sistema prisional atualmente. É um instrumento que continuará sendo utilizado após a pandemia.

O TJSE foi primeiro Tribunal do país a aderir ao Programa Fazendo Justiça, do CNJ. O que essa articulação trouxe de positivo?

A pactuação com o *Fazendo Justiça* tem produzido resultados satisfatórios, inclusive, com a chegada das duas consultoras, Isabela e Lucinéia, que têm permitido uma interlocução ainda maior com as outras instituições. Acho que um dos pontos primordiais desse programa, como um todo, foi o Sistema Eletrônico de Execução Unificado, o SEEU. O TJSE foi inclusive um dos primeiros também a implantar 100% do SEEU, que é uma inovação muito boa porque uniformizou a execução nacionalmente. Como é um sistema nacional, podemos ter um preso do Mato Grosso aqui em Sergipe, por exemplo, e conseguimos ver que ele tem uma execução lá. Isso porque quando um detento é cadastrado no sistema, verifica-se as execuções que ele tem no Brasil todo. O SEEU não é um sistema acabado, sabemos que ele tem alguns problemas de limitação, mas o TJSE está contribuindo com módulos de integração para facilitar ainda mais o uso. Hoje, trabalhamos com dois sistemas: o

nosso, que é o Sistema de Controle Processual Virtual; e o do CNJ, que é o SEEU. Mas estamos trabalhando em conjunto e fazendo ajustes para que os magistrados não precisem usar os dois sistemas, já que algumas informações do nosso já estão integradas ao SEEU.

No Fórum Gumersindo Bessa e no Fórum Olímpio Mendonça foram implantadas uma série de ações que contribuem com a gestão do sistema prisional. Quais foram e qual a importância de cada uma?

O Escritório Social, que funciona no Fórum Olímpio Mendonça, no conjunto Orlando Dantas, ampara o egresso do sistema prisional, prestando encaminhamentos para serviços da área social e também para o mercado de trabalho. Já no Gumersindo Bessa, existe o Atendimento à Pessoa Custodiada. O flagranteado que vai para a audiência de custódia é atendido por uma equipe com psicólogo e assistente social. Então, quando o juiz recebe aquela pessoa já sabe todas as informações sobre ela, se precisa de um trabalho, se tem algum problema psicológico e outros encaminhamentos necessários. Outra grande inovação foi a Sala de Monitoramento Eletrônico, que desde novembro de 2020 funciona no Bessa próximo à audiência de custódia. Antes, quando o juiz terminava a audiência e aplicava essa medida, era necessário deslocar o preso para outro setor, a 9, 10 km do local para colocar a tornozeleira. Mas, juntamente com a Secretaria de Justiça, montamos no fórum uma sala de monitoramento na qual o equipamento já é colocado. Então, o preso já sai de lá com a tornozeleira.

A Corregedoria, juntamente com o GMF, instituiu um Grupo Interinstitucional de Trabalho sobre Atendimento e Atenção Integral ao Paciente Judiciário e à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei. Qual a relevância desse grupo?

Esse grupo foi instituído, em 2021, com o objetivo de estabelecer procedimentos e fluxo interinstitucional para a execução e o acompanhamento das medidas terapêuticas aplicáveis judicialmente à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei. A ideia é também subsidiar o desenvolvimento e pactuação de estratégia permanente para a desinstitucionalização e atenção integral a estes pacientes em Sergipe. Os esforços interinstitucionais já têm gerado resultados significativos. De março a outubro de 2021, a população do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Sergipe (HCTP), atual Unidade de Custódia Psiquiátrica (UCP), reduziu de 130 para 73 pacientes, abaixo capacidade da unidade, que é de 75 internos. A expectativa é que, ao final do grupo de trabalho, seja consolidado

o fluxo da atenção integral a estes pacientes e pactuada a estratégia permanente de desinstitucionalização para o Estado. Desde março de 2021, o *Programa Fazendo Justiça*, no escopo da Ação de Desinstitucionalização de Pacientes Judiciários, prevista no plano executivo estadual pactuado e desenvolvido em parceria com o TJSE, e também a partir de provocação de outros atores, tem fomentado a articulação interinstitucional para a identificação dos principais desafios do acompanhamento das pessoas com transtorno mental em conflito com a lei e a construção de soluções em conjunto com todos os atores envolvidos neste fluxo. Para tanto, a Corregedoria Geral da Justiça realizou levantamento de todos os processos de medida de segurança e tem acompanhado os andamentos e prazos, prestando orientações aos

magistrados quando necessário. A UCP tem aprimorado os fluxos internos de acolhimento e acompanhamento dos pacientes, mantendo articulação permanente junto às redes de atenção psicossocial e de assistência do Estado e dos municípios, além de garantir o apoio às famílias dos internos. A Vara de Execuções Penais também tem participado das articulações e orientado a construção dos projetos terapêuticos por meio de seu Núcleo Técnico. Nesse Grupo de Trabalho, representantes de diversas instituições, como o Ministério Público, a Secretaria de Estado da Justiça, do Trabalho e de Defesa do Consumidor, a Secretaria de Estado da Saúde, a Rede de Atenção Psicossocial do Município de Aracaju, o Conselho Penitenciário, têm apontado as principais dificuldades e buscado estratégias coletivas para enfrentá-las.

“O TJSE foi inclusive um dos primeiros também a implantar 100% do SEEU, que é uma inovação muito boa porque uniformizou a execução nacionalmente”



ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO SERGIPANO É RECONHECIDA PELO BANCO MUNDIAL E CNJ

Projetos da Coordenadoria da Infância receberam prêmio nacional e execução de títulos é a mais rápida do país

O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) figurou, mais uma vez, entre os melhores Tribunais do país. Em agosto de 2021, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou o resultado do Prêmio Prioridade Absoluta e o TJSE foi o primeiro colocado no Eixo Infracional — Categoria Tribunal, com o Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PRAIF/SGD) na Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. No mesmo mês, o Banco Mundial revelou que o TJSE foi o mais rápido do Brasil quanto à tramitação de processos de execução de títulos extrajudiciais: 538 dias corridos desde a citação até a execução da sentença.

Para o Presidente do Poder Judiciário de Sergipe, Desembargador Edson Ulisses de

Melo, tanto o Prêmio Prioridade Absoluta quanto o estudo do Banco Mundial reafirmam o compromisso de magistrados e servidores. “Esses resultados são a prova que o Judiciário sergipano é eficiente e não mede esforços para prestar à sociedade um serviço de qualidade. E isso é possível também graças ao planejamento estratégico desenvolvido pelo Tribunal há mais de dez anos, que nos possibilita o acompanhamento eficaz das boas práticas, que não sofrem descontinuidade quando há mudança de gestão”, salientou o Presidente.

Ainda no Prêmio Prioridade Absoluta, no Eixo Protetivo — também Categoria Tribunal — o TJSE conquistou o 2º lugar, com o *Familiarizar*. Os projetos do TJSE classificados no prêmio são desenvolvidos pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), que

tem como gestora a Juíza Iracy Manguiera. “O resultado mostra o comprometimento de todas colegas que já passaram pela CIJ e a dedicação dos servidores do Tribunal”, complementou a magistrada.

Para a Conselheira do CNJ e Presidente do Fórum Nacional de Infância e da Juventude (Fonij), Flávia Pessoa, o prêmio é mais uma das inúmeras ações do Judiciário para promoção da prioridade no atendimento às demandas infantojuvenis. “Proteger e garantir os direitos da criança e do adolescente é dever da família, da sociedade e do Estado. A eles é garantido o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. É nesse contexto que se insere a realização do prêmio”, explicou a Conselheira.

Essa foi a primeira edição do Prêmio, criado por meio da Resolução 355/2020, do CNJ. Mais de 100 práticas foram analisadas e passaram por duas etapas: uma eliminatória, em que foi



analisado o atendimento aos requisitos formais previstos no Regulamento; e outra classificatória, com a verificação dos critérios também estipulados no Regulamento. A premiação está prevista para ocorrer em solenidade no dia 1º de dezembro, com as respectivas ações inseridas no Portal de Boas Práticas do CNJ. O prêmio é realizado pelo CNJ, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Projetos da CIJ premiados pelo CNJ

O Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (PRAIF/SGD) foi concebido pela CIJ no ano de 2013. O objetivo é articular ações entre o Poder Judiciário, o Executivo e o Ministério Público para a operacionalização qualificada da rede de proteção aos direitos da criança e do adolescente.

Um dos resultados do programa foi a ampliação da oferta do serviço de acolhimento institucional, que passou a ser oferecido em todo Estado, juntamente com a expansão da rede de

Prêmio Prioridade Absoluta – Menções honrosas					
ID da Entrada	Nome da Prática	Indicação	Eixo	Posição	Média Final
Empresas e Sociedade Civil Organizada					
138836	NAPA – Núcleo de Apoio Psicossocial a Adoção	Hugo Zaher	Protetivo	2º	89,8
Juiz					
138702	Protocolo de Atendimento Prioritário a crianças vítimas de violência	Trícia Navarro	Protetivo	6º	63,3
Poder Público					
138444	Projeto regime Especial de Acolhimento	Trícia Navarro	Protetivo	2º	93,3
Sistema de Justiça					
139470	Programa MPOn - Educação Digital	Trícia Navarro	Protetivo	2º	96,0
Tribunal					
139094	Projeto Familiarizar	Trícia Navarro	Protetivo	2º	93,3
138344	Convênio/Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Secretaria Estadual da Educação	Antônio Carlos	Infracional	5º	65

Centros de Referência Especializados da Assistência Social, hoje instalados em quase todos Municípios.

Em 2013, havia em todo Estado 20 unidades de acolhimento, sendo 10 na capital e 10 no interior. Atualmente, são 39 unidades que abrangem os 75 municípios sergipanos; sendo 6 na capital e 33 no interior. Vencida a etapa de estruturação da rede, o PRAIF passou a ser executado através da promoção de palestras, seminários e reuniões intersetoriais, privilegiando o diálogo sobre atribuições e procedimentos, o compartilhamento de experiências exitosas e a divulgação de fluxos de trabalho.

Já o *Projeto Familiarizar*, que ganhou menção honrosa no prêmio do CNJ, consiste em um conjunto de ações comprometidas com o princípio da proteção integral definido no artigo 227 da Constituição Federal e no artigo 3º do ECA. Tem por objetivo a reintegração familiar e comunitária ou a colocação em família substituta de crianças e adolescentes acolhidos nas Entidades de Acolhimento Institucional de Sergipe, reduzindo o tempo de acolhimento institucional e favorecendo a agilização dos processos.

Com a edição da Resolução nº 06/2010 do TJSE, que seguiu a recomendação da Corregedoria Nacional de Justiça contida na Instrução Normativa nº 02/2010, foi incorporada à metodologia do *Projeto Familiarizar* a realização de audiências concentradas, preferencialmente nas entidades, para reavaliação da medida de acolhimento. A CIJ oferece o suporte necessário aos juízes competentes e encaminha documento único à Presidência e à Corregedoria-Geral da Justiça, apresentando os resultados da Reavaliação da Medida de Acolhimento.

Prêmio Prioridade Absoluta - Eixo Infracional							
ID da Entrada	Nome da Prática	Nota Antônio	Nota Soleny	Nota Luiza	Nota Lavinia	Total	Média Total
Juiz							
138840	Projeto Cica Cidadania de efetivação dos direitos básicos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	96	74	0	0	170	42
139181	Jovem Cidadão Mercado de Trabalho - Inclusão e Desenvolvimento (Cancelado)*	-	-	-	-	-	-
139183	Programa Música Para Todos (Cancelado) *	-	-	-	-	-	-
Poder Público							
138579	Clube de Leitura: práticas de leitura e ação reflexiva com adolescentes privados de liberdade.	100	85	91	30	306	76
138585	Se liga RAPaz - O RAP ao "pé da letra" enquanto instrumento de reflexão e voz aos adolescentes privados de liberdade.	98	59	89	36	282	70
138781	Polo Produtivo na Socioeducação	96	56	80	37	269	67
Sistema de Justiça							
138841	Centro de Justiça Restaurativa da Defensoria Pública do Ceará - CJR	100	95	92	39	326	81
138721	"Lugar de Fala: Adolescente em Conflito com a Lei"	97	95	85	33	310	77
Tribunal							
139097	Programa de Ações Integradas para o Fortalecimento do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - PRAIF/SGD na Execução das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	97	87	90	35	309	77
138632	Audiências Concentradas no Socioeducativo	100	92	83	0	275	69
138628	#PartiuFuturo	96	94	80	0	270	67
138686	Programa Radioativo	95	88	78	0	261	65
138344	Convênio/Termo de Cooperação celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Secretaria Estadual da Educação	100	96	0	-	196	65

Banco Mundial divulga bons resultados do TJSE em workshop

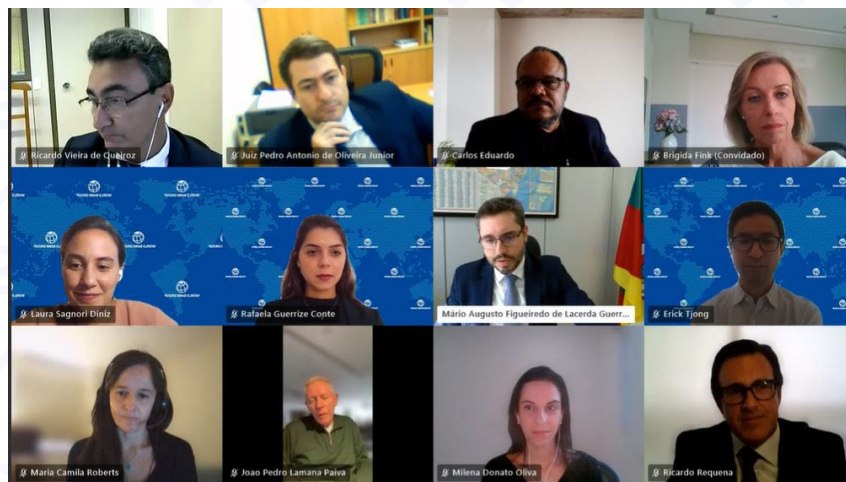
O workshop sobre execução de contratos, com a participação de representantes do CNJ e TJSE, foi realizado pelo Banco Mundial no dia 12 de agosto. Na ocasião, foi divulgado o resultado de um estudo, o Doing Business Subnacional Brasil, sobre o ambiente de negócios nas 27 unidades federativas do país. O estudo revelou que o Tribunal de Justiça de Sergipe foi o mais rápido do Brasil quanto à tramitação de processos de execução de títulos extrajudiciais:

538 dias corridos desde a citação até a execução da sentença.

Conforme a Juíza-Corregedora do TJSE, Brígida Declerc Fink, que participou do workshop, o resultado foi possível graças a alguns fatores. “Podemos destacar o suporte oferecido pela Corregedoria, através da Divisão de Apoio Judicial; a premiação dos servidores e a unificação dos serviços cartorários, através da Central de Processamento Eletrônico (CPE). Tudo isso contribuiu para o aperfeiçoamento da gestão de processos e impactou positivamente na redução do tempo de tramitação do processo de execução; além da reconhecida competência dos nossos juízes e dedicação dos servidores”, salientou a magistrada.

O estudo Doing Business Subnacional Brasil foi publicado pelo Banco Mundial, em junho de 2021, e analisou cinco indicadores do ambiente de negócios: abertura de empresas; obtenção de alvarás de construção; registro de propriedades; pagamento de impostos; e execução de contratos. O tópico execução de contratos mede o tempo e o custo da resolução de uma disputa comercial entre duas empresas locais; além de elaborar um índice de qualidade dos processos judiciais, medido pela adesão a boas práticas internacionais.

A duração do processo de execução extrajudicial no Brasil, conforme o estudo, varia de 538 dias em Aracaju (SE) a 1.516 dias em Vitória (ES). Já o custo para a execução de um contrato varia de 19,9% do valor da ação em Brasília (DF) a 34% em Maceió (AL); em Sergipe esse índice foi de 23,3%. As boas práticas que podem contribuir para melhorar a eficiência dos Tribunais estaduais também foram analisadas. Em Aperfeiçoamento de Gestão de Processos, o TJSE já realiza os dois itens sugeridos: suporte da Corregedoria direcionado às Varas e premiação aos servidores por boa performance.



A duração e o custo para a execução de um contrato variam consideravelmente entre as 27 localidades medidas.
O desempenho no índice de qualidade dos processos judiciais é alto e relativamente uniforme em todas as capitais.

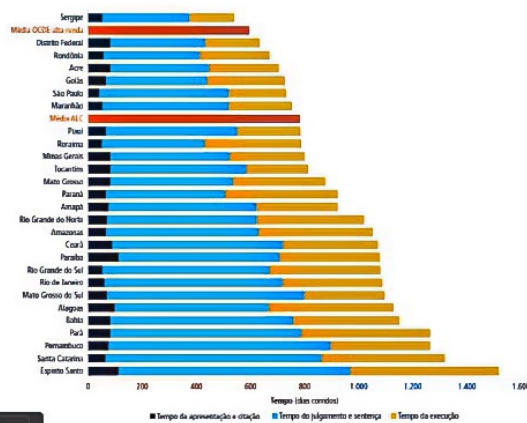
**538 dias em Aracaju (Sergipe)
vs. 1516 dias em Vitória (Espírito Santo)**

19,9% do valor da ação em Brasília (DF) vs. 34% em Maceió (Alagoas)

12,5 pontos (de 18 possíveis) no índice de qualidade em 17 localidades vs. 9,5 pontos em Vitória (Espírito Santo)

Observação: Os dados para o Rio de Janeiro e São Paulo não são considerados oficiais até serem publicados pelo relatório Doing Business 2021.

Tempo



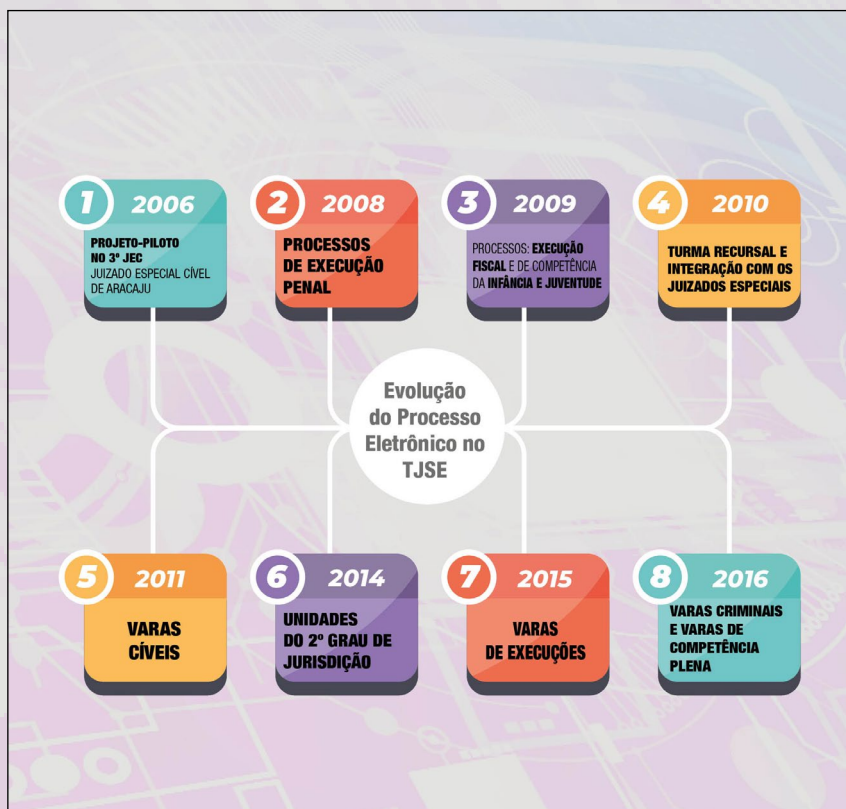
PROCESSO ELETRÔNICO FOI IMPLANTADO NO TJSE HÁ 15 ANOS

Investimentos em tecnologia praticamente zeraram o estoque de processos físicos no Judiciário sergipano

Em 31 de agosto de 2006, o Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) inaugurou o processo eletrônico. Por meio de um projeto-piloto, o 3º Juizado Especial Cível da Comarca de Aracaju foi a primeira unidade da Justiça sergipana com tramitação de processos de forma eletrônica. Para isso, o TJSE desenvolveu o Sistema de Controle Processual (SPCv), que permite a tramitação do processo no ambiente virtual, desde a sua distribuição, movimentação cartorária até o julgamento monocrático ou colegiado e a publicação. Atualmente, tramitam no TJSE cerca de 362 mil processos eletrônicos e apenas 1.128 físicos.

De acordo com a Secretária de Tecnologia da Informação do TJSE, Denise Moura, o projeto foi bastante discutido no TJSE, com a Presidência à época sob a gestão da Desembargadora Marilza Maynard, e com todos os juízes em reuniões periódicas. “Além da TI e da antiga Diretoria de Modernização, o projeto contou com a participação dos magistrados na concepção do processo eletrônico. Sendo assim, este foi um projeto que realmente observou as necessidades do próprio Tribunal de Justiça”, completou a Secretária.

A Juíza Elbe Maria Franco de Carvalho era



titular do 3º JEC quando foi implantado o processo eletrônico e destacou que agora, durante a pandemia da Covid-19, os resultados da virtualização ficaram ainda mais visíveis. “A mudança de paradigma sempre é muito difícil. Foi uma mudança que atingiu a todos, magistrados, advogados, serventuários. Mas foi um ganho, plenamente demonstrado na pandemia, na qual não sofremos porque mantivemos os julgamentos, mesmo com o aumento das demandas. Graças à



Denise Moura diz que TJSE tem cerca de 362 mil processos totalmente eletrônicos

virtualização o Judiciário em Sergipe não parou”, ressaltou a magistrada.

Após o 3º JEC, o processo eletrônico foi implantado em todos os Juizados Especiais da Comarca de Aracaju. Em 2008, a expansão alcançou os processos de execução penal; em 2009, a execução fiscal e processos de competência da infância e juventude; em 2010, a Turma Recursal, com a integração do sistema com os Juizados Especiais; em 2011, houve a implantação em todas as varas cíveis.

Em 2014, o processo eletrônico chegou às unidades do 2º grau de jurisdição; e à Vara de Execuções, em 2015. Em 2016, todo o sistema criminal e as varas de competência plena já contavam com o processo eletrônico. Dessa forma, a expansão do processo eletrônico foi realizada de 2006 a 2016, quando foi concluída a implantação em todas as unidades jurisdicionais.

“A cada administração se vê uma somação de esforços. A atual administração, do Desembargador Edson Ulisses, compreende que não se consegue avançar no Poder Judiciário sem investir em tecnologia e tem destinado recursos para isso. Deve-se considerar que se trata de investimento e não gastos, porque o retorno que se tem com a TI é muito maior do que o mero desprendimento de cursos financeiros”, comentou a Denise Moura.

O Presidente do TJSE lembrou que a Tecnologia da Informação foi incluída como meta no Planejamento

Estratégico do TJSE. “Entendemos que ou se investe em tecnologia ou se volta ao passado. É um investimento de grande importância e que impulsiona o Tribunal de Justiça de Sergipe para a conquista de prêmios e reconhecimentos que temos conseguido ao longo dos anos. Em 2021, alcançamos Selo Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade e também o nível de excelência em Tecnologia da Informação, o que demonstra que o TJSE esteve sempre certo, encaminhando os investimentos nessa área”, salientou Edson Ulisses de Melo.

Pandemia

Após o início da pandemia de Covid-19, segundo Denise Moura, o TJSE não teve dificuldades para colocar todos os seus servidores em trabalho remoto. “Saímos de um ambiente de intranet para um ambiente de internet. Se não fossem os investimentos sequenciados, ao longo de todas as gestões, acredito que teríamos esse êxito que obtivemos durante a pandemia”, salientou a Secretária de Tecnologia.

Durante o ano de 2020, já no mês de abril, quando foram determinadas as medidas de distanciamento social e restrições visando a não disseminação da Covid-19, o Tribunal de Justiça de Sergipe adotou o trabalho remoto, com a realização de audiências 100% virtuais e por videoconferência. Somente no primeiro ano da pandemia, de março a dezembro de 2020, os magistrados do TJSE produziram 203.278 sentenças, 153.582 decisões e 659.771 despachos; e os servidores cumpriram 4.884.628 atos, totalizando 5.901.259 atos judiciais.

“No Judiciário de Sergipe, ao longo das gestões que me antecederam, houve um grande investimento em tecnologia da informação, visando à completa virtualização dos processos judiciais. Assim, os processos em Sergipe têm adquirido não somente celeridade como também qualidade nos julgamentos. Ademais, a tecnologia tem servido para o avanço do enfrentamento do desafio da pandemia, uma vez que, no período crítico da Covid, no qual tudo foi paralisado, os julgamentos do Tribunal de Justiça de Sergipe não paralisaram e tivemos um expressivo número de atos e julgados graças à tecnologia e à dedicação de nossos magistrados e servidores”, assegurou o Presidente do TJSE, Des. Edson Ulisses de Melo.



Presidente do TJSE, Des. Edson Ulisses, destacou que investimento em tecnologia está inserido no planejamento estratégico do Tribunal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE RECONHECE TRABALHO DA IMPRENSA

Direitos humanos foi o tema do primeiro prêmio de jornalismo e solenidade de entrega contou com a presença do jornalista Ancelmo Gois



Ancelmo Gois falou sobre início do jornalismo, ainda em Sergipe, e analisou o reconhecimento na imprensa nacional



Evento foi prestigiado pela imprensa, alunos e professores de Comunicação Social

Lei Maria da Penha, ressocialização de adolescentes em conflito com a lei, judicialização da saúde, mulheres encarceradas e fake news durante o processo eleitoral foram alguns dos temas vencedores do I Prêmio TJSE de Jornalismo. A solenidade de entrega da premiação aos

vencedores ocorreu no dia 13 de janeiro, no auditório do Palácio da Justiça, e contou com a presença do jornalista sergipano Ancelmo Gois, colunista de *O Globo*.

As seis categorias — Jornalismo Impresso, Radiojornalismo, Telejornalismo, Webjornalismo, Fotojornalismo e Trabalho Acadêmico — tiveram como tema 'Direitos Humanos e a Justiça para todos'. O prêmio foi lançado em 1 de junho de 2021, Dia da Imprensa, e as inscrições prosseguiram até o dia 26 de novembro.

“É um dia de muita alegria, um dia festivo para o Tribunal de Justiça e para a imprensa sergipana, dentro da filosofia da gestão 2021-2023, que é aproximar o Judiciário da sociedade através da imprensa. Hoje, estamos coroando esse acontecimento, não só com a entrega do prêmio, como também com a presença do ilustre jornalista sergipano Ancelmo Gois, nacionalmente conhecido. Essa premiação é um reconhecimento ao valor da imprensa para sociedade, uma imprensa livre, e também para a valorização da democracia”, ressaltou o

Desembargador Edson Ulisses de Melo, Presidente do TJSE.

Os jurados do I Prêmio TJSE de Jornalismo foram Juliana Neiva, Secretária de Comunicação Social do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Célia Silva, do Sindicato dos Jornalistas de Sergipe (Sindijor); Fernando Cabral, da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert); Ronaldson Sousa, escritor e servidor do TJSE; e Luzia Nascimento, Vice-Presidente da Associação Sergipana de Imprensa (ASI).

“Achei formidável essa iniciativa do Judiciário. A Associação Sergipana de Imprensa ficou muito feliz. Tive a oportunidade de ver todos trabalhos e fazer o julgamento. Então, estamos de parabéns por essa festa e está de parabéns o Tribunal por homenagear os jornalistas”, elogiou a Vice-Presidente da ASI.

Palestra

‘De Frei Paulo para o Brasil: a trajetória de um jornalista sergipano’ foi o tema da palestra de Ancelmo Gois. Nascido em Frei

Paulo (SE), em 15 de setembro de 1948, ele iniciou a carreira na imprensa aos 14 anos, na *Gazeta de Sergipe*. Formou-se em Jornalismo pelas Faculdades Integradas Hélio Alonso (RJ). Teve passagem em veículos de comunicação do Grupo Abril, como as revistas *Veja* e *Exame*. Durante muitos anos, assinou o Informe JB, no *Jornal do Brasil*. Desde 2001, mantém uma coluna diária no jornal *O Globo*.

“Trabalho nessa profissão há quase 60 anos e o setor Judiciário sempre foi muito fechado. Se dizia no passado ‘a Justiça não fala’, ‘a Justiça fala nos autos’. E durante muito tempo era um setor muito inacessível. Então, eu só posso ver com alegria, grande prazer e contentamento iniciativas como essa, de abertura do setor, de organizar prêmios. O mundo tem algumas palavras-chave e uma delas se chama transparência. Quem não entrar nessa onda da transparência vai ficar para trás”, analisou Ancelmo Gois.

Durante a palestra, ele falou do início na profissão e contou histórias vividas durante a trajetória enquanto jornalista. Além disso, comentou o fato de ser um profissional reconhecido nacionalmente. “Eu não tenho uma receita. Algumas coisas eu sei, quem fica parado é poste. Outra coisa que eu sei, um friozinho na barriga, de vez em quando, um desafio, sair da linha de conforto, tentar uma coisa nova, é fundamental”, aconselhou o jornalista.

Telejornalismo

1º lugar: Mudança no modelo de ressocialização em Sergipe provoca reinserção de jovens e adolescentes na sociedade, de Leonardo Gomes Barreto, Fredson Navarro, Remi Costa, Jeová Luiz e José Bosco, da TV Atalaia

“A gente sempre fala que o trabalho na TV não é feito sozinho. E, de fato, não é, tem uma equipe trabalhando por trás. Durou mais ou menos dois meses todo trabalho de gravação e apuração para que pudéssemos fechar essa matéria. E estou muito feliz porque o Tribunal de Justiça de Sergipe reconhece o trabalho da imprensa no Estado, que está diariamente enfrentando a pandemia para levar informação à sociedade”, Leonardo Barreto



Telejornalismo



2º lugar: Patrulha Maria da Penha assegura proteção de vítimas da violência doméstica durante a pandemia, de Gustavo Costa e Jackson Cabral, da TV PMA

Telejornalismo



3º lugar: 15 Anos Lei Maria da Penha, de Maristela Santos Niz, da TV Sergipe

Webjornalismo



1º lugar: Sem-teto – a vida de quem não tem um lugar digno para morar em meio à pandemia, de Wilames Rodrigues, do F5 News

Webjornalismo



2º lugar: Tribunais de Justiça têm sido a esperança para a saúde negligenciada, de Andréa Moura, do site Pra você saber

“Esse prêmio é o reconhecimento de um trabalho que foi feito com carinho, com amor. Falar sobre a importância do Judiciário para aquelas pessoas que precisam ter acesso à saúde, que precisam da Justiça para poder conseguir uma vaga no hospital, uma cirurgia, foi um tema que mexeu muito comigo”, Andréa Moura

Webjornalismo



3º lugar: Nome Social resgata a cidadania de pessoas trans – gratuidade faz pedidos aumentarem, de Antônio Carlos Garcia, do Só Sergipe



Jornalismo Impresso



1º lugar: 70% das famílias de sentenciados em unidades prisionais acreditam no trabalho do TJSE, Milton Alves Júnior Santana, Jornal *O Dia*

Radiojornalismo



2º lugar: Poderes que protegem, de Lucas Brasil, da Eldorado FM



Radiojornalismo



1º lugar: Mulheres encarceradas – amor, desagregação e luta, de Magna Santana, da Sim FM

“Me chamava muito atenção o fato de mulheres presas na hora das visitas. E aí fui apurando e me deparei com uma triste realidade, com a preocupação por parte até mesmo do Tribunal e diversas instituições. Através desse trabalho, mostramos a história dessas mulheres e o que está sendo feito para mudar isso. Então, fiquei muito feliz com a premiação”, Magna Santana



Radiojornalismo



3º lugar: Equidade de gênero e humanização – a luta das pessoas LGBTQIA+ na busca por assistência à saúde e à justiça, de Juliana Correia Almeida, Josaía Bonifácio da Silva Neto e Alysson Lima Araújo, da Rádio UFS FM

Fotojornalismo



1º lugar: Sem-teto – a vida de quem não tem um lugar digno para morar em meio à pandemia, de Pedro Gabriel Barreto Ramos, do F5 News



“As fake news já existem há muito tempo, mas nas eleições de 2018 houve uma grande propagação de mentiras. Então, o tema caiu como uma luva para o trabalho montado por mim e Edicarlos. Ganhar em primeiro lugar esse prêmio, com um tema tão atual, foi uma surpresa maravilhosa”, Roberta Andrade



Trabalho Acadêmico



1º lugar: Fake News – a ameaça à democracia e a interferência no processo eleitoral brasileiro, de Edicarlos Araújo Queiroz, e coautoria de Roberta Barbosa Andrade, da Universidade Tiradentes

Trabalho Acadêmico



2º lugar: Dois minutos, de Jamile Vasco da Silva Pereira, Isabella de Almeida C. Kodel, Karoline Vieira Faria, Andreeyv Almeida Teles, da Universidade Tiradentes

CAMPANHA SINAL VERMELHO TORNA-SE LEI EM TODO PAÍS

Em Sergipe, a Lei Estadual 8.846 foi sancionada em maio e instituiu um Programa de Proteção às Mulheres



Lançada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em junho de 2020, a Campanha Sinal Vermelho, de combate à violência contra a mulher, tornou-se política pública. A Lei Federal 14.188/2021, que instituiu o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica, foi sancionada no dia 29 de julho de 2021. Em Sergipe, foi sancionada Lei Estadual 8.846, no dia 27 de maio também do ano passado.

Para a Juíza Rosa Geane Nascimento, responsável pela Coordenadoria da Mulher do Tribunal de Justiça de



Juíza Coordenadora da Mulher do TJSE, Rosa Geane Nascimento, é a responsável pela campanha em Sergipe

Sergipe, é uma grande vitória para a rede de proteção à mulher vítima de violência a campanha ter se tornado política pública. Antes de a lei federal ser sancionada, mais de 10 Estados já tinham sancionado leis nesse sentido, entre eles Sergipe, Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Paraíba, Paraná e Rio de Janeiro.

“Antes de divulgarem as primeiras sanções, já tínhamos enviado vários ofícios à Assembleia Legislativa de Sergipe estimulando a criação de uma lei nesse sentido. Ficamos muito felizes quando foi apresentado o projeto de lei da deputada Máisa Mitidieri e ainda mais quando o governador Belivaldo Chagas sancionou a lei e cumpriu a função de defesa dessas mulheres”, destacou a magistrada.

Segundo a autora do projeto de lei, a deputada estadual Máisa Mitidieri, a aprovação foi unânime na Assembleia Legislativa de Sergipe



A deputada Maísa Mitidieri foi autora do projeto que transformou a campanha em lei estadual

(Alese). “Sempre fui uma defensora dos direitos das mulheres. Essa é uma das bandeiras que trago no meu mandato. Então, quando vi a proposta da Sinal Vermelho, através da doutora Rosa Geane, de imediato percebi a importância de tornar a campanha uma lei, para que possa ser realmente efetivada em nosso Estado”, comentou a deputada, que também é Presidente da Frente Parlamentar de Direitos das Mulheres da Alese.

A Lei Estadual 8.846, de 27/05/2021, instituiu em Sergipe o Programa de Proteção às Mulheres ‘Sinal Vermelho’, como forma de pedido de socorro e ajuda para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar. O artigo 2º estabelece o protocolo básico do programa: ao identificar o pedido de socorro da vítima, ao ouvir da mulher “sinal vermelho” ou observar na palma da mão dela um “X” desenhado, os atendentes de farmácias e os servidores de repartição pública, entre outros estabelecimentos, deverão ligar para os números 190 (Emergência – Polícia Militar), 197 (Denúncia – Polícia Civil) ou 180 (Central de Atendimento à Mulher) e reportar a situação.

A campanha Sinal Vermelho foi criada pela AMB e CNJ para oferecer às mulheres vítimas de agressões familiares durante a

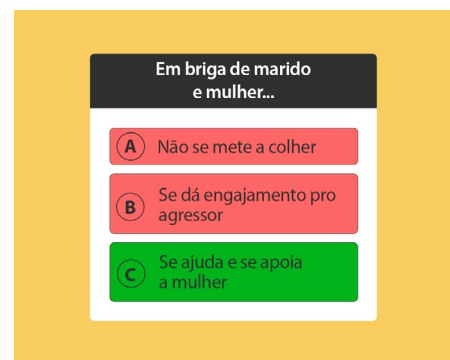
pandemia do coronavírus mais um canal de denúncia de maus-tratos e de violência doméstica, que seria a farmácia. Quando o projeto de lei foi apresentado no Congresso Nacional, em março deste ano, a relatora do projeto no Senado, a senadora Rose de Freitas, informou que o índice de violência contra a mulher no Brasil havia aumentado cerca de 75% após o início da pandemia.

Apoio

Em Sergipe, a campanha foi divulgada pela Coordenadoria da Mulher, recebendo o apoio não só da rede de proteção, mas também da Presidência do TJSE e a Associação dos Magistrados (Amase). “Eu entendo que somente através da educação poderemos vencer a cultura do machismo. Diante disso, devemos também dizer não à violência contra a mulher”, considerou o Desembargador Edson Ulisses de Melo, Presidente do Poder Judiciário de Sergipe.



“A ideia é justamente unir esforços de todos parceiros justamente para mostrar às vítimas de violência que elas não estão sozinhas. A Amase não poderia ficar de fora disso, sensibilizando os magistrados quanto à importância do tema, especialmente nesse período de pandemia, quando vimos um aumento da violência contra a mulher. Nosso objetivo é combater e prevenir



todas as formas de violência contra a mulher”, enfatizou o Juiz Roberto Alcântara, Presidente da Amase.

Lei federal

A Lei Federal 14.188, de 28 de julho de 2021, incluiu no Código Penal o crime de violência psicológica contra a mulher, a ser atribuído a quem causar dano emocional “que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões”. Isso pode ocorrer por meio de ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro método. A pena é de reclusão de seis meses a dois anos e multa.

Outra novidade foi a inclusão, na Lei Maria da Penha, do critério de existência de risco à integridade psicológica da mulher como um dos motivos para que magistrados, delegados e policiais (quando não houver delegado) afastem imediatamente o agressor do local de convivência com a ofendida. Antes, isso só podia ser feito em caso de risco à integridade física da vítima. A lei federal ainda alterou o Código Penal para endurecer as penas da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino. Agora, o Código prevê reclusão de um a quatro anos para o agressor. (Com informações do CNJ)

ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERGIPE É SISTEMATIZADO

Inúmeros órgãos da rede de proteção assinaram Protocolo Interinstitucional que adotou fluxo



Orientar a rede de proteção e organizar os serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade foi o principal objetivo de um Protocolo Interinstitucional assinado por diversos órgãos de Sergipe, entre eles o Poder Judiciário. O acolhimento institucional, que implica no afastamento da criança ou do adolescente de sua família, é uma medida excepcional, já que os vínculos familiares e comunitários devem ser preservados e fomentados pela rede de atenção.

O Protocolo Interinstitucional para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Sergipe foi assinado no dia 25 de maio de 2021, por meio de videoconferência. O documento foi produzido por atores sociais envolvidos no sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes em Sergipe, com acompanhamento da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do TJSE.

Do TJSE assinaram o protocolo a Presidência, a Corregedoria Geral e a CIJ. As outras instituições foram: Ministério Público de Sergipe (MPSE), Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS), Secretaria Municipal da Assistência Social de Aracaju, Colegiado Estadual dos Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS), Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA).

O Presidente do Poder Judiciário, Desembargador Edson Ulisses de Melo, destacou que o Protocolo é a concretização do artigo 227 da Constituição Federal. “É a responsabilidade que todos nós temos em priorizar, de forma absoluta, a criança e o adolescente. É o dar as mãos



Reunião virtual para assinatura do protocolo, em maio de 2021

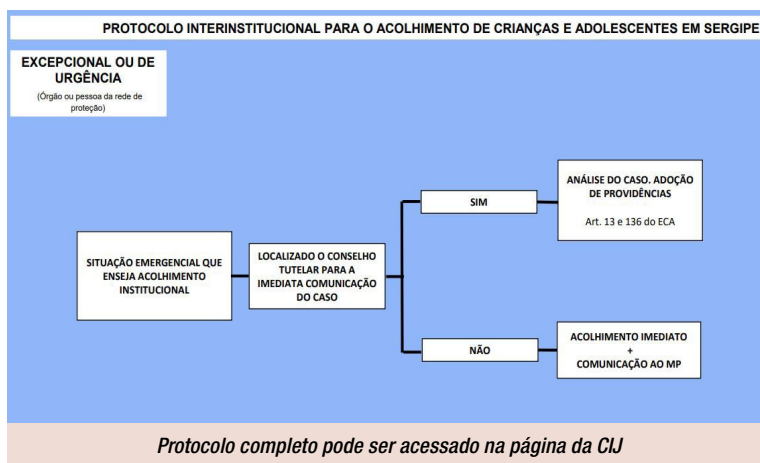
e caminharmos juntos com o propósito de cumprimos essa tarefa”, enfatizou o Presidente.

“Esse protocolo é de suma importância para rede de atendimento, pois objetiva mediar situações que acontecem na prática, orientando condutas e apresentando respostas para casos que, cotidianamente, somos instados a resolver. O Protocolo, ademais, foi construído coletivamente, sendo, assim, uma importante ferramenta de gestão para todo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente”, destacou a Juíza Iracy Manguiera, responsável pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) do TJSE.

O Procurador-Geral de Justiça, Manoel Cabral Machado Neto, ressaltou que o documento traz um passo a passo, com um fluxo organizado para um atendimento prático e ágil. O Protocolo destaca que o ingresso de crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento institucional para receberem cuidados, tais como alimentação, vestuário, repouso e higiene, somente se verifica pelo procedimento judicial (excepcional e de urgência).



“Firmamos um importante instrumento para balizar a retaguarda de aplicação da medida de acolhimento institucional pelo Sistema de Garantia de Direitos da Criança e ao Adolescente, no qual o Sistema de Justiça encontra-se inserido”, salientou Maria Lilian Mendes Carvalho, Promotora de Justiça da 8ª Promotoria dos Direitos do Cidadão do MPSE, especializada na tutela coletiva dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Orientação

Com o objetivo de viabilizar a implementação e orientar sobre o Protocolo Interinstitucional para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Sergipe, a Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ) realizou, ao longo de 2021, inúmeras reuniões com gestores municipais, integrantes de unidades de acolhimento e membros dos Conselhos Tutelares da capital e interior do Estado. Além da equipe da CIJ, participaram desses encontros técnicos de referência da Secretaria de Estado da Inclusão e Assistência Social (SEIAS).



A **Juíza Iracy Manguiera**, responsável pela CIJ, lembrou que compete à Coordenadoria promover a articulação e interlocução entre o Tribunal de Justiça e os Juízes de Direito com jurisdição na área da Infância e da Juventude, e também com organizações governamentais e não governamentais, nacionais e estrangeiras, visando à melhoria da prestação jurisdicional nessa área.

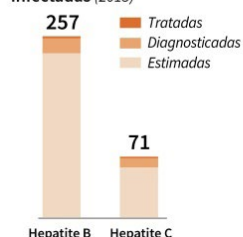
[Clique aqui e confira o fluxo de acolhimento resultante do Protocolo Interinstitucional](#)

SAIBA COMO EVITAR AS HEPATITES VIRAIS

A hepatite é uma doença silenciosa em mais de 70% dos casos, mas pode ser prevenida

Hepatite B e C no mundo

Milhões de pessoas infectadas (2015)

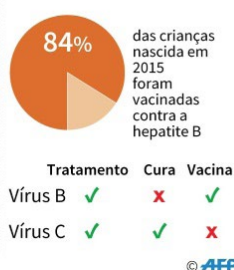


Fonte: OMS

2015 em números

1,34 milhão de mortos por hepatite viral
1,75 milhão de novas infecções por hepatite C
1,3% de menores de 5 anos infectados pelo vírus B
96% de mortos por complicações da doença

A luta contra a hepatite



Infográfico com números e dados sobre as hepatites B e C no mundo - AFP

A hepatite é uma inflamação do fígado que pode ser causada por vírus ou pelo uso de alguns medicamentos, álcool e outras drogas, assim como por doenças autoimunes, metabólicas ou genéticas. As hepatites virais, especificamente, são inflamações causadas por vírus classificados pelas letras do alfabeto em A, B, C, D (Delta) e E. Segundo a médica Gilmaria Batista, Presidente da Sociedade Sergipana de Infectologia, a hepatite é uma doença silenciosa em mais de 70% dos casos.

“Por isso, o profissional de saúde precisa investigar, fazendo parte da rotina médica a solicitação dos exames”, alertou a infectologista. A depender do tipo de hepatite, o paciente pode apresentar sintomas como perda de apetite, dor de cabeça, mal-estar, enjoo, vômito, urina escura, fezes claras, dor nas juntas, pele e olhos amarelados. “As hepatites B e C são as mais preocupantes porque cronicam, podendo evoluir para um quadro de cirrose e câncer”, salientou Gilmaria. No Brasil, estima-se que existam 1,5 milhão de pessoas com hepatite.

Ainda conforme a médica, a hepatite A é a mais prevalente. “Mais de 80% da população já teve contato com o vírus da hepatite A, que está muito relacionado a alimentos e água contaminados. Isso tem muito a ver com a falta de saneamento básico, que, infelizmente, é algo muito falho no nosso país. A icterícia, que é o amarelo dos olhos e pele, é o sintoma mais prevalente. Mas como há casos assintomáticos, a gente só descobre fazendo a sorologia”, explicou a médica. A vacinação contra hepatite A está disponível no programa nacional de imunização para crianças acima dos 2 anos.

“Em relação à hepatite C, o tratamento pode durar de oito a 24 semanas. Mais de 90% dos pacientes serão curados. A outra hepatite que a gente precisa falar, que é pouco divulgada, é a D. Para adquirir a hepatite D, em algum momento você deve ter tido contato com a hepatite B. Elas têm algumas características semelhantes, mas a gente encontra a hepatite D com mais prevalência na região Norte do país”, esclareceu a infectologista.

Entre as medidas preventivas estão: fazer sexo somente com camisinha; não compartilhar objetos que possam conter sangue, como seringas, agulhas, lâminas de barbear, alicates e escovas de dente; exigir material esterilizado ou descartável na hora de fazer tatuagem ou colocar piercing; fazer o teste de hepatite durante o pré-natal; entre outras.

Por ser de alto custo, o serviço de hepatologia é referenciado. Em Sergipe, funciona no Hospital Universitário, em Aracaju, e é porta aberta, ou seja, qualquer pessoa pode procurar atendimento no local, que recebe os pacientes às quartas-feiras, com acolhimento da enfermagem, avaliação médica e acesso à medicação, totalmente disponível pela rede pública de saúde.

O Dia Mundial de Luta Contra as Hepatites acontecem em 28 de julho. O Julho Amarelo foi instituído pela Lei 13.802, de 2019, com o objetivo de reforçar as ações de vigilância, prevenção e controle das hepatites virais. Em 2021, o Centro Médico do TJSE e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) realizaram palestra e live sobre o tema.

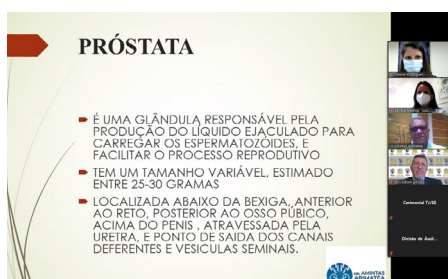


Dra. Gilmaria Carvalho Batista - Infectologia / Clínica Médica

PROJETO MESES COLORIDOS BUSCA PREVENÇÃO DE DOENÇAS

Várias palestras foram realizadas ao longo de 2021 com o objetivo de cuidar da saúde de servidores e magistrados

Além do alerta para a disseminação das hepatites virais, tema do Julho Amarelo, como você viu na matéria anterior, o Tribunal de Justiça de Sergipe, através do Centro Médico e também do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), tem abordado outras campanhas de combate a inúmeras doenças, através do Projeto Meses Coloridos. As palestras promovidas pelo Centro Médico, sempre às segundas-feiras, a partir das 8 horas, são transmitidas ao vivo pelo canal TJSE Eventos, no YouTube, e nesse horário os servidores são liberados do ponto para acompanharem. Também estão sendo realizadas lives no Instagram do Nupemec (@nupemectjse). Confira alguns temas que foram abordados:



NOVEMBRO AZUL

‘Doenças da Próstata’ foi o tema da palestra ministrada pelo urologista Amintas Arimatéia. O câncer de próstata é o mais frequente entre os homens

brasileiros, com exceção apenas do câncer de pele. A palestra teve como objetivo combater o câncer de próstata, por meio do diagnóstico precoce.

OUTUBRO ROSA

O Outubro Rosa surgiu nos Estados Unidos na década de 1990 e chegou ao Brasil nos anos 2000. Conforme a mastologista Aline Valadão, membro da Sociedade Brasileira de Mastologista, a recomendação é que o rastreamento seja feito a partir dos 40 anos de idade; 40% a 60% dos casos são diagnosticados em estágios mais avançados.



SETEMBRO VERDE

Quais doenças causam danos irreversíveis às córneas, como é feita a seleção dos doadores e tipos de transplante foram alguns dos temas tratados pelo médico Allan Luz, Doutor em Oftalmologia e Ciências Visuais pela Escola Paulista de Medicina. Somente em Sergipe, cerca de 350 pessoas aguardam um transplante de córnea.



AGOSTO LARANJA

‘Esclerose múltipla: diagnóstico e tratamento’ foi o tema abordado em agosto, por Adriane Bonato, Estrategista de Vida & Carreira e empresária da atriz e comediantes Claudia Rodrigues. O Agosto Laranja foi criado pela Amigos Múltiplos pela Esclerose (AME) com o objetivo de ser um movimento coletivo para desmistificar essa condição crônica de doença e fomentar o diagnóstico precoce, mais qualidade de vida, acolhimento, respeito e dignidade para quem convive com a doença, seus amigos e familiares.

JUNHO VERMELHO

O número de doadores de sangue no Brasil não atinge a meta de 3% da população e, durante a pandemia da Covid-19, o número de doações foi ainda mais reduzido. O tema foi discutido numa live com a Psicóloga Sheila Oliveira, Chefe da Divisão de Atendimento Psicossocial do Centro Médico do TJSE, e Jandson Marques, mestrando em Bioética e Supervisor Técnico dos Serviços Hemoterápicos de Sergipe.

“EU SOUBE FAZER UMA EQUIPE MUITO BOA”

Clara Leite de Rezende foi a primeira Desembargadora de Sergipe e também primeira mulher a presidir o TJSE



Nascida no município de Riachuelo (SE), em 27 de junho de 1940, a Desembargadora Clara Leite de Rezende herdou de três irmãos advogados a paixão pelo Direito. Nos chamados Anos Dourados, em 1962, formou-se na Faculdade de Direito de Sergipe. Atuou como advogada até ser aprovada no concurso para magistratura sergipana, em 1970. Foi Juíza nas Comarcas de Nossa Senhora da Glória, Frei Paulo, Maruim, Simão Dias, Estância e Aracaju. Foi a primeira mulher de Sergipe a ser nomeada Desembargadora, em novembro de 1984, pelo critério de merecimento. Foi Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e do Tribunal de Justiça de Sergipe (1995-1997), onde também foi a primeira mulher a assumir a gestão do Judiciário. Um dos principais feitos enquanto Presidente do TJSE foi a construção do Fórum Gumersindo Bessa, em Aracaju, até hoje maior fórum de Sergipe. Em 2001, foi nomeada Diretora da então Escola Superior da Magistratura de Sergipe (Esmese), atual Escola Judicial de Sergipe, (Ejuse), voltada para capacitação de magistrados e servidores. Foi, inclusive, idealizadora da revista *Judiciarium*. Aposentou-se em junho de 2010. Ocupa a cadeira de número 7 da Academia Sergipana de Letras, que tem como patrono Manuel Curvelo de Mendonça. Confira alguns trechos da entrevista concedida pela Desembargadora Clara, no dia 12 de julho de 2018, ao *Projeto Vivas Memórias*.

Ingresso na magistratura

“Aquele concurso que eu fiz foi o primeiro que as mulheres se interessaram. Antes, elas não foram barradas, simplesmente não se interessavam. A partir daquele elas se interessaram e passaram, tornando-se juízas. Num concurso, tudo é relativo. Naquela época, ele era difícil porque não havia internet. A gente não tinha como fazer consultas, a não ser em revistas, e aprendíamos através de livros. A dificuldade de

dar conta do programa para o concurso era maior. Todo mundo me pergunta se sofri discriminação por ser mulher e eu digo que não. Mas acabei me lembrando de uma. Pela minha classificação, teria que ir para Comarca de Nossa Senhora das Dores. Mas um Desembargador, que depois acabou ficando meu amigo, disse que não queria mulher lá. Então, o Tribunal se reuniu e me colocaram na Comarca de Glória, que era muito mais distante, com estrada de barro e mais dificuldades, pelos termos serem de Canindé e Poço Redondo, todos mais longes. Então, foi a primeira e única discriminação que eu entendo ter ocorrido na minha carreira”.

Primeira eleição que presidiu

“Agora nós temos uma escola que prepara os juízes para exercerem a magistratura. Mas naquela época, chegávamos numa Comarca sem saber de nada, como se fôssemos lançados às feras. Não sabíamos como jurisdizer, como tratar as pessoas, como se relacionar com a polícia, como presidir uma eleição. Nada disso você aprendia na faculdade. Então, fiz o seguinte, conversei com colegas que já tinham presidido eleições, li todo o Código Eleitoral, aprendi tudo que tinha a aprender. Quando me perguntaram ‘armas longas ou armas curtas’? Eu disse, longas! Porque imaginei que curtas eram muito perigosas (risos). Não sabia o que estava dizendo. Mas eu acabei me saindo muito bem. Glória não era um lugar politicamente difícil, mas Frei Paulo sim porque tinha muitos caciques políticos disputando o eleitorado da região”.



Segundo grau

“Eu fiquei fascinada por participar daquele Colegiado de alto nível, que era à época. Eram os Desembargadores Alencar, Déda, Nolasco, Nabuco, Rabelo Leite. Gostava muito de ver a discussão entre eles sobre as matérias jurídicas e decisões. Mas, inicialmente, era um trabalho muito

solitário porque não tínhamos um secretário sequer. Tudo era feito pelo Desembargador, da pesquisa até a remessa do processo. Depois veio uma secretária, depois veio um assessor, depois vieram dois e depois três porque também a demanda triplicou. E eu atribuo isso a duas coisas. Primeiro, pelo aumento da população brasileira. E segundo porque a Constituição estabeleceu novos direitos sociais e, aos poucos, a população foi se inteirando e a demanda crescendo”.

Presidente do TJSE



“Quando eu fui nomeada Presidente do Tribunal eu montei uma equipe. E o único elogio que faço a mim mesma é esse: eu soube fazer uma equipe muito boa. Uma equipe que passou o mês de janeiro [anterior à posse] trabalhando em cima de um projeto de administração, que era modernizar o Poder Judiciário de Sergipe e atualizar os servidores. Os pontos de estrangulamento eram a máquina emperrada, servidores desmotivados, havia poucos juízes e Varas e os fóruns tinham péssimas acomodações. Então, a principal obra da gestão, que foi a construção do Fórum Gumersindo Bessa, estava dentro desse contexto porque precisávamos acomodar a Comarca de Aracaju, que tinha crescido bastante”.

Como ser um bom magistrado?

“A comunidade exige que um juiz seja confiável, que tenha segurança na decisão, que seja equilibrado. Mulher então, exigem demais. Mas acho que se um juiz tem vocação, é íntegro, responsável e ético, o conhecimento jurídico vem depois. Essa parte ética, de formação e respeito pelo jurisdicionado são os pontos principais”.



HOMENAGEIA VULTOS HISTÓRICOS E MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS DE SERGIPE

Projeto idealizado pela atual gestão é realizado sempre na última quinta-feira de cada mês

Valorizar expressões artísticas e culturais de Sergipe, nas suas diversas formas, tais como música, artes plásticas, literatura, dança, fotografia, artesanato e folclore; como também propagar valores e figuras exponenciais do Estado ligadas ao universo jurídico. Esses são alguns dos objetivos do *Projeto Quinta Juriscultural*, idealizado pela Gestão 2021-2023, e que ocorre sempre na última quinta-feira de cada mês, no Memorial do Judiciário. Em 2021, foram realizadas seis edições, de julho a dezembro, cada uma com tema e homenageados específicos.

“A nossa gestão estabeleceu como linha mestra alguns vetores, entres eles a cidadania e a valorização da cultura, entendendo que os dois trabalham de mãos dadas. Por essa razão, idealizamos a apresentação de um projeto através do qual valorizamos a cultura e as artes sergipanas, nas suas mais variadas formas”, explicou o Desembargador Edson Ulisses de Melo, Presidente do Poder Judiciário de Sergipe.

Já na primeira edição do projeto, no dia 29 de julho de 2021, foi inaugurado o Portal da Memória do TJSE, constituído pelos acervos do Arquivo do Judiciário, da



Primeira edição do projeto, em julho de 2021, homenageou Povo Xocó

Biblioteca e do Memorial do Poder Judiciário. Esse patrimônio arquivístico, bibliográfico, museológico, histórico e cultural está disponibilizado ao público para conhecimento e pesquisa em ambiente virtual com base na Resolução 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo é tornar mais acessível e difundido o patrimônio cultural e promover maior interação da sociedade com a memória e com a história do Judiciário de Sergipe.

A Diretora do Memorial do Judiciário, Sayonara Viana, explicou que os internautas podem encontrar no Portal uma diversidade de documentos e informações. “O visitante pode, através do Portal, agendar visitas e encontrar um vasto acervo arquivístico e documental do Tribunal, que está disponível para pesquisa. Na Biblioteca Digital, por exemplo, temos 1.200 livros para pesquisa. Temos documentos escaneados e também vídeos do *Projeto Vivas Memórias*, que traz entrevistas com magistrados e personalidades sergipanas feitas pela Diretoria de Comunicação do Tribunal”, enumerou Sayonara.

1ª edição, 29 de julho: Adauto Machado

‘Fragmentos da cidade’ foi o tema da exposição do artista plástico Adauto Machado. “Essa exposição mostra locais da nossa bela Aracaju, onde procuro retratar principalmente pontos históricos. Nessa exposição trago um pouco de tudo, partindo do bairro Industrial à Orlinha Pôr do Sol”, informou Adauto. Além da exposição, houve apresentação do grupo de chorinho Brasileiríssimo e leitura de poemas de Hunald de Alencar, declamados pelo servidor do TJSE e também poeta Ronaldson Sousa.



2ª edição, 26 de agosto: Povo Xocó

‘Xocó ontem e hoje: saberes ancestrais e de resistência’ foi o tema da segunda edição do *Projeto Quinta Juriscultural*. Com curadoria da Dra. Maria do Carmo Déda Chagas e Sayonara Viana, Diretora do Memorial, o projeto contemplou exposição da cerâmica Xocó, esculturas, objetos etnográficos, fotografias, lançamento de livro, palestra, exibição de vídeo e apresentação de índios Xocós.

Para o Cacique Bá, representante do Povo Xocó, ser homenageado pelo Judiciário é motivo de orgulho. “Isso só vem enriquecer o momento que estamos vivendo agora. Estamos sendo esquecidos, principalmente após a pandemia. Com esse evento, estamos sendo vistos”, agradeceu o Cacique. Os Xocós ocuparam a Caiçara e a Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha, a partir do século XIX. A aldeia é aberta à visitação mediante agendamento, através do telefone (79) 99807-4736.

3ª edição, 30 de setembro: Sílvio Romero

“Eu sou caboclo, filho da natureza, criado ao sol”. A frase de Sílvio Romero, intelectual sergipano e um dos maiores folcloristas do país, foi um dos destaques da exposição ‘Filho da Natureza, criado ao Sol: 170 anos de Sílvio Romero’. Além da exposição, a terceira edição do *Projeto Quinta Juriscultural* contou com a inauguração de um busto do homenageado, lançamento de um hotsite sobre o intelectual, exibição de documentário e apresentação do Reisado Baile Estrela de Dona Bizu.

Na obra *Parnaso Sergipano*, de 1904, Sílvio Romero enalteceu seu Estado de origem e os sergipanos. “Não existe no Brasil terra onde a lyra popular seja mais sonora, o folk-lore mais rico, as festas plébeas mais animadas, as modinhas mais maviadas, as danças mais ardentes, os lundús mais chorados. O povo sergipano é amável, bondoso, hospitaleiro e tem o dom especial de aliar a um certo fundo de ingenuidade e acanhamento a firmeza de carácter, a veia comica e as effusões da poesia”. Sílvio Romero foi jurista, jornalista, crítico, ensaísta, folclorista, polemista, professor e historiador da literatura brasileira. Nasceu em Lagarto (SE), no dia 21 de abril de 1851; e faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1914.



Exposição contou com livros que pertenceram a Sílvio Romero

4ª edição, 28 de outubro:

Arthur Gentil Fortes

‘O poeta da rosa vermelha’. Assim era conhecido Arthur Gentil Fortes, nascido em Aracaju (SE), em 28 de julho de 1881. Além de poeta, foi professor de História e Francês nos colégios Atheneu Sergipense e Tobias Barreto, e ainda deputado estadual (1923-1925). Foi fundador da cadeira de número 10 da Academia Sergipana de Letras. Faleceu em 27 de novembro de 1944. Para marcar seus 140 anos



Arthur Fortes era conhecido como o poeta da rosa vermelha

de nascimento, o TJSE o homenageou durante a quarta edição do *Projeto Quinta Juriscultural*, no Memorial do Judiciário.

Considerado um poeta romântico, não se sabe ao certo o motivo de Arthur Fortes sempre usar uma rosa vermelha na lapela do terno. “É uma história um pouco enigmática. Algumas pessoas achavam que era por causa de uma namorada que ele tinha. Mas ele era muito ligado à História e Severino Uchoa conta que foi devido à Revolução Francesa, uma homenagem aos heróis. Todo mundo queria saber o porquê da rosa, mas ele nunca disse o motivo”, esclareceu o escritor Saracura.

5ª edição, 25 de novembro: Hunald de Alencar

‘A solidão das palavras’ foi o tema da homenagem feita ao poeta e dramaturgo Hunald de Alencar durante a quinta edição da *Quinta Juriscultural*. Na ocasião, também aconteceu um sarau com declamação de poemas do homenageado, apresentação musical de Torquato e intervenção artística de Eli Bacellar. Nascido em Estância (SE), em 10/11/1942, ele se formou em Ciências Jurídicas e Sociais. Atuou também como jornalista, professor de língua portuguesa e literatura, teatrólogo, compositor musical e letrista. Faleceu no dia 21 de maio de 2016.

A folclorista e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aglaé Fontes, disse que Hunald Alencar foi um dos grandes poetas sergipanos. “Acho que essa homenagem é mais do que justa porque a vida dele foi dedicada às letras e à pesquisa. Conheci Hunald quando ele ainda era muito jovem, trabalhamos juntos no teatro. Era não só um dramaturgo, mas também ator. Tudo que ele escrevia sabia também interpretar”, elogiou Aglaé, que durante o evento declamou dois textos de Hunald, *Canção*, do livro *O Verde Silêncio da Semente*; e *Monólogo* de João Francisco.

6ª edição, 16 de dezembro: Armino Guaráná

A sexta e última edição de 2021 do *Projeto Quinta Juriscultural* foi realizada, excepcionalmente, no auditório do Palácio da Justiça Tobias Barreto. A edição foi especial, com uma Sessão Solene de Outorga da Medalha Armino Guaráná, criada pela atual gestão do



Foram declamados poemas de Hunald de Alencar durante o evento

TJSE e destinada a autoridades públicas, civis, militares e servidores do Poder Judiciário que tenham se destacado nas áreas da cultura, cidadania e preservação da memória.

Nascido em São Cristóvão (SE), em 4 de agosto de 1848, Manoel Armino Cordeiro Guaráná bacharelou-se no Recife (PE), em 1871. Faleceu em Aracaju (SE), em 10 de maio de 1924. Produziu diversos trabalhos que enriqueceram as bibliotecas



Desembargadores Artêmio Barreto e Edson Ulisses, além do Diretor do Instituto Banese, Ézio Déda, foram alguns dos homenageados

sergipanas, de 1832 a 1908, como jornais, revistas e outras publicações periódicas. Em sua obra póstuma, o *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*, publicado em 1925, foram reunidas mais de 640 biografias de sergipanos.

Entre os magistrados, foram agraciados com a Medalha Armino Guaráná os Desembargadores Edson Ulisses de Melo, Presidente do TJSE; Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos, Vice-Presidente do TJSE; José dos Anjos, Elvira Maria de Almeida Silva; Maria Angélica França e Souza; e José Artêmio Barreto, ex-Presidente do Poder Judiciário de Sergipe. Ainda foram homenageados com a medalha Lucas Barreto, em nome da família do escritor Luiz Antônio Barreto (in memoriam); os professores José Ibarê Costa Dantas, representado pelo seu neto Rodrigo Dantas; Jorge Carvalho do Nascimento; Jouberto Uchoa, representado por Saumínio Nascimento; Verônica Maria Meneses Nunes; e Ádria de Araújo Ramos Lavres.



Uma velha chinesa tinha dois grandes vasos, cada um suspenso na extremidade de uma vara que ela carregava nas costas. Um dos vasos era rachado e o outro era perfeito. Todos os dias, ela ia ao rio buscar água e, ao fim da longa caminhada do rio até a casa, o vaso perfeito chegava sempre cheio de água, enquanto o vaso rachado chegava meio vazio.

Naturalmente, o vaso perfeito tinha muito orgulho do seu próprio resultado e o pobre vaso rachado tinha vergonha do seu defeito, de conseguir só fazer a metade daquilo que deveria fazer. Ao fim de dois anos, refletindo sobre sua própria amarga derrota de ser rachado, durante o caminho para o rio o vaso rachado disse à velha:

– Tenho vergonha de mim mesmo porque esta rachadura que tenho faz-me perder metade da água até sua casa...

A velha sorriu:

– Reparaste que lindas flores há ao teu lado do teu caminho, somente no teu lado?

Eu sempre soube do teu defeito e, portanto, plantei sementes de flores na beira da estrada do teu lado. Todos os dias, enquanto voltávamos do rio, tu as regava.

Foi assim durante dois anos, pude apanhar belas flores para enfeitar a mesa e alegrar o meu jantar. Se tu não fosses como és, não teria tido aquelas maravilhas na minha casa.

Cada um de nós tem seu próprio defeito, mas é o defeito que cada um de nós tem que faz com que nossa convivência seja interessante e gratificante. É preciso aceitar cada um pelo que é e descobrir o que há de bom nele!

Ame as pessoas com seus defeitos... Ame! Apenas ame. É muito difícil, eu sei, mas na dificuldade é que está o mérito.

‘O vaso rachado’, autor desconhecido. Extraído do livro *Sabedoria Popular II*, pág. 97, do Desembargador Edson Ulisses de Melo.



- CURSOS PARA MAGISTRADOS -

- CURSOS PARA SERVIDORES -

- CURSOS PARA O PÚBLICO EXTERNO -



3226-3318/3166/3364
www.tjse.jus.br/ejuse/

ejuseadministrativo@tjse.jus.br
ejusemagistrado@tjse.jus.br
ejuseexterno@tjse.jus.br
ejuseservidor@tjse.jus.br
ejuserevista@tjse.jus.br
ejusepos@tjse.jus.br